

HABEAS CORPUS: N.º 0203.508-7 -- Igarassu (1ª Vara Criminal)  
IMPETRANTE: Adv. Claudiomar de Freitas Feitosa  
PACIENTE: **JOSÉ FERREIRA DA SILVA**  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
RELATORA SUBST.: **Des. Alderita Ramos de Oliveira**  
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. RÉU REVEL E FORAGIDO POR MAIS DE 8 ANOS. DECRETO PRISIONAL PLENAMENTE FUNDAMENTADO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.**

1 – Não é verdadeira a afirmação do impetrante no sentido de que o paciente não tinha conhecimento de que estava sendo processado, tendo em vista que este compareceu ao interrogatório realizado pela autoridade policial.

2 – O MM Juiz procedeu corretamente ao decretar a prisão do acusado em razão da fuga do distrito da culpa, tudo em consonância com o entendimento majoritário da nossa jurisprudência. A evasão do distrito da culpa, por si só, é motivo suficiente para a decretação da prisão do acusado, ainda que o mesmo apresente condições pessoais favoráveis. Precedentes do STJ.

3 – Tendo o paciente permanecido foragido por mais de oito anos desde a decretação de sua prisão, há motivos suficientes para a manutenção da segregação cautelar, em razão da necessidade de se assegurar a aplicação da lei penal.

4 - Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0203.508-7, em que figura, como impetrante, o Advogado Claudiomar de Freitas Feitosa, como paciente, **JOSÉ FERREIRA DA SILVA**, e como autoridade impetrada, o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Igarassu, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade**, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

Desa. **Alderita Ramos de Oliveira**  
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

170



HABEAS CORPUS: N.º 0203.508-7 – Igarassu (1ª Vara Criminal)  
IMPETRANTE: Adv. Claudiomar de Freitas Feitosa  
PACIENTE: **JOSÉ FERREIRA DA SILVA**  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
**RELATORA SUBST.:** Des. Alderita Ramos de Oliveira  
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

### RELATÓRIO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado pelo Advogado Claudiomar de Freitas Feitosa, em favor de **JOSÉ FERREIRA DA SILVA**, no qual aponta como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Igarassu, objetivando, em sede de liminar, o deferimento de alvará de soltura, para responder o processo em liberdade, sob a alegação da ausência de fundamentos para a prisão provisória.

Aponta que o acusado foi preso desde 05.10.09, em virtude de prisão preventiva por suposta infração ao art. 297 do CP (falsificação de documento público), sob o fundamento da necessidade de se garantir a correta aplicação da lei penal.

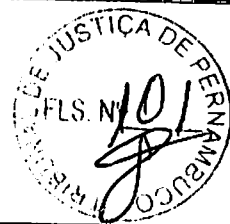
Sustenta que o paciente humilde, doente e sem conhecimento de que estava sendo processado, foi residir na cidade de Frei Miguelinho, exercendo profissão lícita na Prefeitura daquela cidade.

Alega que deve o paciente defender-se solto, por ser réu primário e de bons antecedentes, possuir profissão certa, residência fixa, família, não possuindo motivos para se furtar à aplicação da lei penal.



171

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Não acostou documentos com a inicial.

A decisão interlocutória do Relator originário indeferiu o pedido de liminar, como se vê das fls. 07/08.

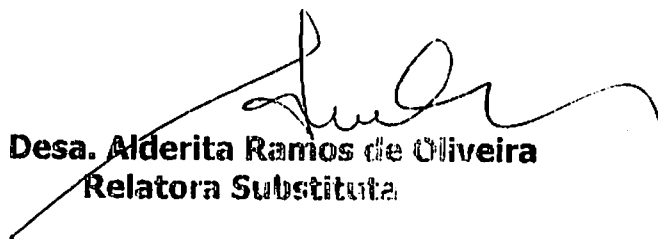
Informações da autoridade dita coatora prestadas através do ofício de fl. 17, acostando o documento de fl. 18.

A Procuradoria de Justiça, através do Parecer acostado às fls. 23/25, opina pela denegação da ordem, afirmando que a fuga do distrito da culpa constitui motivo suficiente para a decretação da custódia cautelar.

Através da petição de fls. 27, anteriormente distribuída como Habeas Corpus autônomo, protocolizado sob o nº 208.651-3, reiterou, o impetrante, o pedido de concessão da liminar, acostando os documentos de fls. 28/98.

É o relatório.

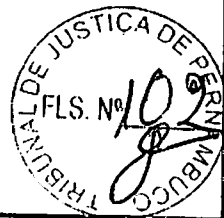
Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Desa. Alderita Ramos de Oliveira**  
Relatora Substituta



172

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS: N.º 0203.508-7 – Igarassu (1ª Vara Criminal)  
IMPETRANTE: Adv. Claudiomar da Freitas Feitosa  
PACIENTE: **JOSÉ FERREIRA DA SILVA**  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
**RELATORA SUBST.:** Des. Alderito Ramos de Oliveira  
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

#### VOTO DO RELATOR

**Srs. Desembargadores,**

**Sr. Procurador,**

Requer, o impetrante, a concessão da ordem para que o paciente responda ao processo em liberdade, sob a alegação de que não há fundamento para a preventiva, ante as condições pessoais favoráveis do paciente.

Inicialmente observo, quanto à segunda petição apresentada pelo impetrante, não obstante tenha sido distribuída como o HC nº203.651-3, posteriormente foi acostada a estes autos como simples petição, em obediência ao despacho exarado pelo Des. Gustavo Augusto Lima (fls. 18), por se tratar de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu a liminar.

Passo a apreciar a questão como mérito destes autos.

Consta da cópia da denúncia que, no dia 09.06.97, policiais lotados na 18ª DPM tomaram conhecimento de que o paciente comercializava diversas Carteiras Nacionais de Habilitação falsas, pela importância de R\$ 200,00 (duzentos reais), supostamente expedidas pelo Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro.

Ante a *notitia criminis*, policiais militares realizaram diligências em que foram apreendidas 10 (dez) carteiras em poder do acusado, e, após a realização da perícia, constatou-se que se tratava de documentos falsificados.

A denúncia imputou ao paciente a prática do crime tipificado no art. 297 do CP.

Informou, a autoridade impetrada, que a denúncia foi oferecida em 09.11.00 em razão do fato ocorrido em 1997, sendo aquela peça recebida em 20.11.00. Ainda, esclareceu que não houve interrogatório em razão de o paciente não ter comparecido à audiência designada para tal ato, motivo pelo qual foi decretada sua prisão preventiva em 09.03.01, cuja ordem somente foi cumprida em 05.10.09, data em que o acusado foi localizado.

Em 21.05.01, a referida autoridade decretou também a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, em razão da revelia do réu.

O impetrante afirmou na inicial que o paciente não tinha conhecimento de que estava sendo processado. No entanto, tal afirmação não é verdadeira, tendo em vista que o paciente compareceu ao interrogatório realizado pela autoridade policial, como se vê da cópia do auto de fl. 50.

Sendo assim, o MM Juiz procedeu corretamente ao decretar a prisão do acusado em razão da fuga do distrito da culpa, tudo em consonância com o entendimento majoritário da nossa jurisprudência.

E no atual momento processual, considerando que o paciente permaneceu foragido por mais de oito anos desde a decretação de sua prisão, entendo que ainda há motivos suficientes para a manutenção da segregação cautelar, em razão da necessidade de se assegurar a aplicação da lei penal.

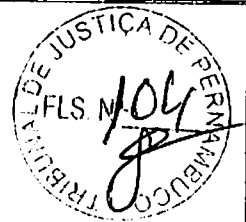
Como se sabe, o STJ tem entendido que a evasão do distrito da culpa, por si só, é motivo suficiente para a decretação da prisão do acusado, ainda que o mesmo apresente condições pessoais favoráveis, conforme se observa do julgado abaixo:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA FUGA DO ACUSADO DO DISTRITO DA CULPA. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. 1. O decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado, porquanto, além de demonstrar a necessidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESENHADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

174



ressaltou ter o réu se evadido do distrito da culpa, o que é, segundo entendimento pacífico desta Corte, causa suficiente, por si só, para justificar a imposição da medida cautelar, como forma de garantia do cumprimento da lei penal.

2. A primariedade e os bons antecedentes do acusado não têm, por si só, o condão de revogar a segregação provisória, se a necessidade da prisão processual é recomendada por outros elementos dos autos.

3. Precedente do Superior do Tribunal de Justiça.


4. Recurso desprovido."

(RHC 19.639/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24.10.2006, DJ 20.11.2005 p. 121) (grifos nossos)

Desta forma, estando presentes os requisitos da prisão preventiva, não há qualquer constrangimento ilegal a ser reconhecido.

Sendo assim, em consonância com o Parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Desa. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Relatora Substituta**